

Tendências criminais sul-americanas em perspectiva comparada

Felipe Salazar Tobar

Mestrando em Justiça Criminal na Universidade Estadual de Nova Jérsei, Rutgers University. Graduado em Sociologia pela Universidade Alberto Hurtado - UAH, Chile. Pesquisador e consultor em segurança cidadã, políticas de segurança pública e sistemas de informação sobre violência e criminalidade.

 fesato@gmail.com

Resumo

O objetivo do presente artigo é revisar indicadores de violência e criminalidade dos países da América do Sul. Para isso, foram sistematizadas informações de um grupo de oito indicadores dos 12 países da sub-região, a partir das principais fontes de informação oficial: homicídio, lesões, violência sexual, roubo contra pessoas, furto, roubo com invasão, furto de veículos e sequestro. O trabalho não pretende apenas oferecer uma revisão das tendências dos países da América do Sul, mas também discutir sobre a relevância da produção de informações para as políticas de segurança pública.

Palavras-Chave

Estatísticas criminais. América do Sul. Segurança pública.

Não há dúvidas de que a criminalidade é um assunto que concentra as preocupações sociais e a agenda pública. Assim, a mensuração da violência e do crime tem se tornado um aspecto importante no âmbito das políticas de segurança pública e no debate público existente.

Tentar “medir” a violência e a criminalidade é uma tarefa difícil pela sua amplitude e dinâmica, mas também porque as fontes de informação – principalmente as oficiais – possuem fraquezas, especialmente no que tange à disponibilidade e transparência. A identificação das chamadas *cifras ocultas* aponta que há um conjunto de ocorrências criminais que não integra os registros oficiais. No entanto, os problemas das estatísticas oficiais não se resumem a lacunas no registro, mas também estão relacionados à existência de determinadas ocorrências com maiores possibilidades de serem incluídas no sistema devido a diversos elementos, como seriedade do crime, interesses institucionais, alterações legais ou mudanças no manejo do registro que possam incidir nas estimativas acerca da criminalidade.

Aspectos técnicos também podem prejudicar o registro e a produção de estatísticas criminais, tais como: diferenças na unidade de análise, brechas na cobertura de unidades onde se pode notificar a ocorrência, deficiências tecnológicas,

o processo de sistematização, aspectos institucionais que marcam o funcionamento dos sistemas e, com isso, a produção de informação.

Por sua vez, existem aspectos de ordem política que limitam tanto a produção quanto a difusão de dados em matéria de violência e criminalidade, como o escasso compromisso das autoridades do governo com a produção de estatísticas, a ausência de legislação adequada para regular processos e as instituições responsáveis, o uso não apropriado dos dados devido à insuficiência da informação ou de seu poder de gerar um efeito político.

Assim, o esforço por conhecer a criminalidade real é um processo em constante construção, principalmente pelo alcance de metodologias e instrumentos, como também pela tentativa de articular as fontes de informação primária disponíveis, apesar das complexidades institucionais ou da ausência de dados que permitam estabelecer tendências.

UM PANORAMA DAS TENDÊNCIAS CRIMINAIS NA AMÉRICA DO SUL

A seguir apresenta-se um panorama sobre algumas tendências criminais sul-americanas, com base nos dados e indicadores disponíveis nos diferentes países para o período de 2003 a 2012. O interesse por contextualizar, descrever e analisar a situação delituosa nos diversos países

da América do Sul necessita não só de informações disponíveis, mas também de indicadores que permitam o diagnóstico da situação em um período de tempo definido. Assim, os indicadores de violência e criminalidade que puderam ser considerados para esta análise correspondem a homicídios, lesões, violência sexual, roubo contra pessoas, furto, roubo com invasão, furto de veículos motorizados e seqüestro. Para cada um dos indicadores mencionados foram utilizadas como referência as definições do Estudo de Tendências Criminais e Funcionamento do Sistema de Justiça Penal (CTS), do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNITED..., 2013). As definições constam do Quadro 1.

Foram utilizados principalmente dados sistematizados a partir do mesmo estudo das Nações Unidas sobre tendências de delitos e sistema de justiça penal (CTS) (UNITED..., 2013) que, em alguns casos, foi complementado com outras fontes relevantes no contexto latino-americano, como o Observatório Interamericano de Segurança da OEA e o Sistema Regional de Indicadores Padronizados de Convivência e Segurança Cidadã¹.

Considerando-se os indicadores criminais que fazem parte do estudo, é possível fazer uma análise orientada para revisar as tendências gerais observadas na sub-região, de acordo com os números delituosos sistematizados para o período 2003-2011 para cada um dos países em estudo. Para uma análise comparativa adequada, foram estimados os valores dos indicadores criminais a partir de taxas construídas com base em estimativas de população fornecidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Homicídio

Entende-se como homicídio o ato de ocasionar deliberadamente a morte de uma pessoa. Certamente é o indicador mais relevante, tanto pela seriedade do fato em relação à vulnerabilidade da vida das pessoas, como também porque reflete a situação de violência e criminalidade com mais altos níveis de comparabilidade internacional em relação a outros tipos de indicadores delituosos.

Desse modo, a abordagem preliminar para a taxa de homicídios no contexto sub-regional permite estabelecer como primeiro elemento a existência de maior disponibilidade de dados para os países, segundo a série temporal. Isso permite delinear tendências para a América do Sul para tentar explicar o diagnóstico da situação para esse indicador.

Em um primeiro grupo encontram-se os países com altas taxas de homicídio durante o período de 2003 a 2012: Colômbia, Venezuela e Brasil. No caso dos três países, as taxas médias nacionais estão acima do dobro do considerado epidêmico pela Organização Mundial de Saúde – ou seja, igual ou superior a 10 homicídios por 100 mil habitantes. Ressalta-se que a taxa média subregional corresponde a 22,7 homicídios por 100 mil habitantes, patamar inferior ao exibido por esses países.

Em 2003, a Colômbia registrou 53,8 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto em 2012 a taxa equivaliu a 30,8 por 100 mil, o que reflete uma redução de 42,8 % na taxa de homicídios entre os dois anos. No caso da Venezuela, a taxa aumentou de 44,0 para 53,7 por 100 mil habitantes em 2012, um aumento de 22,0% entre 2003 e 2012.

Quadro 1 – Tipo de delito e definição

Tipo de delito	Definição CTS
Homicídio	O ato de ocasionar deliberadamente a morte de outra pessoa.
Lesão corporal	O ataque físico contra outra pessoa que lhe causa lesões corporais graves.
Violência sexual	Corresponde ao estupro e à agressão sexual, incluindo os delitos sexuais contra menores.
Roubo contra pessoas	Corresponde ao furto dos bens de uma pessoa vencendo sua resistência mediante o uso da força ou a ameaça do uso da força. Sempre que possível, deve incluir ataques (puxões) e furtos com violência, mas não a punga (furto) ou a extorsão.
Furto	A subtração dos bens de uma pessoa ou organização sem recorrer à força e com a intenção de mantê-los para si. O furto não inclui os delitos de roubo com invasão, roubo com invasão da moradia, roubo com o uso de força ou o roubo de veículos automotores, que estão classificados separadamente.
Roubo com invasão	Corresponde ao acesso não autorizado a uma parte de um edifício, uma moradia ou outras instalações, inclusive mediante o uso da força, com a intenção de subtrair bens do local. Deve compreender, na medida do possível, o roubo em casas, apartamentos ou outros tipos de moradia e em fábricas, lojas, escritórios e estabelecimentos militares, e o roubo com a utilização de chaves falsas. Não deve incluir o furto de objetos em automóveis, contêineres, máquinas de venda automática, parquímetros, terrenos cercados ou recintos fechados.
Furto de veículo motorizado	A subtração de um veículo automotor sem o consentimento de seu dono. Os veículos automotores incluem todos os veículos terrestres de motor que circulam pelas vias, incluindo automóveis, ônibus, caminhões e veículos agrícolas e de construção.
Sequestro	Corresponde à retenção ilegal de uma ou mais pessoas contra a sua vontade – inclusive mediante o uso da força, com ameaças, mediante fraude ou engano – com o propósito de exigir por sua libertação um ganho ilícito ou qualquer outro benefício financeiro ou outra vantagem material, ou a fim de obrigar alguém a fazer alguma coisa ou abster-se de fazê-lo. O sequestro não inclui as disputas pela custódia dos filhos.

Fonte: UNODC (2013).

Tendências criminais sul-americanas em perspectiva comparada

Felipe Salazar Tobar

O Brasil também está na categoria alta em termos de homicídios. Em 2006, a taxa chegou a 22,3 homicídios por 100 mil habitantes, e permaneceu superior a 20 por 100 mil habitantes em todo o período analisado. Assim, considerando-se o ano de 2012, a taxa de 25,2 homicídios por 100 mil habitantes reflete um aumento de 13% no período.

Em um segundo grupo de países observa-se uma taxa de homicídios mais baixa em relação aos já mencionados. São eles: Paraguai, Equador e Guiana, cujas taxas variam entre 10 e 20 por 100 mil habitantes. No caso do Paraguai, observa-se uma tendência de redução no período de 2003 a 2012 – os números são de 22,6 e 9,7 por 100 mil habitantes, respectivamente, o que corresponde a uma variação de -57,1%.

Tabela 1 – Taxa de homicídios
Países da América do Sul, 2003-2012

Por 100 mil hab.

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Varição % entre o primeiro e o último dado disponível
Argentina	7,6	5,9	5,5	5,3	5,3	5,8	5,5	5,5	-26,8
Bolívia	7,0	6,3	8,1	8,6	8,4	10,4	10,0	12,1	73,1
Brasil	22,3	23,5	23,9	23,0	22,2	23,4	25,2	13,0
Chile	3,2	...	3,5	3,6	3,7	3,5	3,7	3,2	3,7	3,1	-1,8
Colômbia	53,8	44,8	39,6	36,8	34,7	33,0	33,7	32,3	33,6	30,8	-42,8
Equador	14,6	17,7	15,4	17,0	15,9	18,0	17,8	17,6	15,4	12,4	-14,9
Guiana	...	17,3	18,7	20,0	14,9	20,4	15,0	17,8	16,4	17,0	-1,9
Paraguai	22,6	20,9	18,2	15,5	12,8	13,4	12,9	11,5	10,0	9,7	-57,1
Peru	4,9	5,6	11,0	11,2	10,4	11,6	10,3	9,3	9,6	9,6	96,5
Suriname	...	9,3	13,8	12,3	8,8	8,3	4,6	6,2	-33,8
Uruguai	5,9	5,8	5,7	6,1	5,8	6,6	6,7	6,1	5,9	7,9	32,7
Venezuela	44,0	37,0	37,3	45,1	47,6	51,9	48,9	45,0	47,8	53,7	22,0

Fonte: Anuario Sudamericano de Seguridad Pública (2014). Para Guiana e Suriname, os dados de população foram extraídos do PNUD e do Banco Mundial.

Para o Equador, de acordo com os números de homicídios levantados, também se observa uma tendência de decréscimo. Em 2003, a taxa correspondia a 14,6 homicídios por 100 mil habitantes, atingindo as cifras mais altas entre 2008 e 2010, quando oscilaram em torno de 18 homicídios por 100 mil habitantes, ao passo que em 2012 registraram-se 12,4 homicídios por 100 mil habitantes – com variação para o período de -14,9%. Já a Guiana teve uma taxa média de homicídios de 18,5 por 100 mil habitantes. Em 2006 e 2008 observaram-se os registros mais altos da série, em torno de 20 homicídios por 100 mil habitantes. A comparação da taxa registrada em 2012 (17,0 por 100 mil hab.) com aquela referente a 2004 (17,3 por 100 mil hab.) permite verificar uma redução correspondente a 1,9%.

Por fim, há um grupo de países que apresentam os números mais baixos na sub-região em matéria de homicídios: Argentina, Bolívia, Uruguai, Peru, Chile e Suriname. De maneira geral, esses países apresentam taxas iguais ou inferiores ao nível epidêmico de 10 para 100 mil habitantes para o período considerado no levantamento de informações.

No caso da Argentina, observa-se relativa estabilidade na taxa de homicídios a partir de 2005, com valores em torno de 5 por 100 mil habitantes. Para esse país, o maior valor foi registrado em 2003, com uma taxa de 7,6. O último ano com dados disponíveis é 2010, quando a taxa de homicídios foi de 5,5 por 100 mil habitantes. Comparando-se o valor registrado em 2003 com os valores para 2010, observa-se uma redução de 26,8%.

O Peru é um dos casos na América do Sul em que houve incremento tanto na quantidade como na taxa de homicídios para o período de 2003 a

2012. Enquanto em 2003 a taxa foi de 4,9 por 100 mil hab., para os anos seguintes chegou a dobrar, especialmente no período de 2005 a 2009, quando variou em torno de 10 ou 11 homicídios por 100 mil habitantes. É importante questionar se esse aumento está associado a um aumento explosivo de agressões que resultaram na morte da vítima, ou se corresponde a aspectos metodológicos em torno do registro do homicídio.

Dois dos países com níveis mais baixos de atos de homicídio, tanto na América do Sul como no restante da região, são Uruguai e Chile. Para o Uruguai, nota-se que há valores relativamente estáveis, com taxa média de cerca de 6 homicídios por 100 mil habitantes. Ao comparar a taxa registrada para 2003, que foi de 6 por 100 mil habitantes, com aquela registrada em 2012 – equivalente a 7,9 –, observa-se uma variação de 32%.

Chile é o país com os níveis mais baixos de homicídio na sub-região, assim como no contexto latino-americano em geral. De maneira similar ao caso anterior, as taxas de homicídio apresentaram uma relativa estabilidade para o período de 2003 a 2012, com uma média de 3,5 homicídios por 100 mil habitantes. Os valores mais altos são de 3,7 por 100 mil habitantes, e foram registrados em 2007, 2009 e 2011. Enquanto isso, a menor taxa para o período para esse país correspondeu a 3,1 por 100 mil habitantes e foi registrada em 2012. A tendência da taxa chilena reflete, em parte, a estabilidade do fenômeno no país.

Lesão corporal

Outro indicador relacionado com a manifestação da violência interpessoal são as lesões corporais, entendidas como o ataque físico contra

outras pessoas, causando lesões corporais graves. Segundo dados coletados para o período, encontram-se diferentes tendências na região.

Assim, Chile, Argentina e Brasil exibem taxas de lesões por 100 mil habitantes acima da média estimada para a sub-região. O Chile apresenta níveis particularmente elevados, superando a taxa de 600 por 100 mil habitantes. A taxa mais alta para esse país foi registrada em 2011: 704,3 por 100 mil habitantes. Argentina é outro país que apresenta altas taxas de lesões no contexto sul-americano.

A série de dados disponível para este tipo de evento corresponde ao período de 2003 a 2008, e a taxa média é de 361,2 por 100 mil habitantes. Os níveis mais baixos de lesões foram registrados em 2003 e 2007, com taxas de 346,0 e 348,8, respectivamente. Houve uma tendência de aumento entre 2004 a 2006, sendo o registro mais alto para o primeiro ano mencionado, de 371,3 lesões por 100 mil habitantes.

No Brasil, entre 2004 e 2012, a taxa de lesões aumentou 9,9%, sendo seu valor médio de 352,1 por 100 mil habitantes. Em 2005 e 2012 observaram-se alguns dos números mais altos do período: 369,4 e 368,9 por 100 mil habitantes, respectivamente.

Para o Uruguai existem dados para a série temporal entre 2003 e 2011. Esses números mostram uma taxa média de 278,9 por 100 mil habitantes, sendo que para 2004, o ano em que alcançou o maior valor, a taxa correspondeu a 325,8 por 100 mil habitantes. A partir de 2008, a taxa de lesões diminuiu gradualmente, e a comparação entre 2003 e 2011 apresenta uma variação percentual de -14,1%.

Enquanto isso, em um segundo grupo aglutinam-se Colômbia, Peru, Bolívia e Equador, cujas taxas de lesões são mais baixas do que a média sub-regional. No entanto, nesses países as respectivas taxas aumentaram no período de 2003 a 2011.

Ao se analisarem os dados da Colômbia, observa-se uma tendência de aumento nas taxas de lesões, com variação percentual entre 2003 e 2012 de 86,3%. Enquanto entre 2003 e 2005 reduziu-se a taxa de lesões e, a partir de 2006 – ainda que com a exceção de 2008 –, as taxas apresentam magnitudes superiores a 100 por 100 mil habitantes, acima inclusive de sua taxa média, 107,2.

Quanto à Bolívia, há uma tendência de aumento nas taxas de lesões para os anos que fazem parte da análise. O valor médio entre 2003 e 2011 é uma taxa de 78,0 por 100 mil habitantes, e sua variação percentual no mesmo período (78,1%) reflete o crescimento da taxa de lesões no país. A partir de 2006, houve um aumento sistemático, e a taxa mais alta foi registrada em 2011 (99,5 por 100 mil habitantes). É importante questionar se esse aumento da taxa estaria de fato associado ao maior número de atos de violência que se refletem nas estatísticas de lesões ou se resulta de aprimoramento no processo de registro.

Peru tem um aumento menor quando comparado com os demais países analisados, com variação da taxa de lesões de 16,7% entre 2003 e 2011. A partir de 2008, as taxas aumentaram de maneira sistemática no país: de 53 por 100 mil habitantes, essa taxa chegou em 2011 a 70,1 por 100 mil habitantes.

De acordo com as informações sistematizadas, Guiana e Paraguai são os países com as mais baixas taxas de lesões corporais por 100 mil habitantes em toda a América do Sul. No caso paraguaio, a tendência entre 2005 e 2011 foi de diminuição da taxa: de 37,9 para 11,1

por 100 mil habitantes. Em ambos os casos, é sempre importante levar em consideração as deficiências que podem existir no relatório e no registro desses fatos a partir das estatísticas policiais. Quanto ao Suriname, não foi possível obter informações sobre esse tipo de delito.

Tabela 2 - Taxa de lesões corporais
Países da América do Sul, 2003-2012

Por 100 mil hab.

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Varição % entre o primeiro e o último dado disponível
Argentina	346,0	371,3	367,7	367,5	348,8	366,1	5,8
Bolívia	55,9	66,5	72,2	64,2	77,0	80,4	92,1	95,0	99,5	...	78,1
Brasil	...	335,7	369,4	347,0	341,6	339,0	336,9	366,6	364,2	368,9	9,9
Chile	607,9	609,9	645,3	693,6	696,2	667,8	704,3	605,4	-0,4
Colômbia	92,5	76,5	70,4	106,1	107,8	79,8	120,3	114,5	132,1	172,3	86,3
Equador	53,3	58,9	56,3	46,9	40,9	37,1	-30,5
Guiana	19,1	16,2	21,0	16,9	13,1	14,7	12,8	37,8	18,8	...	-1,4
Paraguai	37,9	16,5	17,1	16,0	14,2	11,8	11,1	...	-70,6
Peru	60,1	56,7	54,8	58,1	52,8	53,0	58,2	65,1	70,1	...	16,7
Suriname
Uruguai	287,8	325,8	285,3	293,8	273,0	282,8	273,1	241,8	247,2	...	-14,1
Venezuela	...	113,4	125,3	120,3	110,3	101,3	-10,7

Fonte: Anuario Sudamericano de Seguridad Pública (2014). Para Guiana e Suriname, os dados de população foram extraídos do PNUD e do Banco Mundial.

Violência sexual

De acordo com a classificação de delitos, violência sexual corresponde a estupro e agressão sexual, tanto contra adultos como contra crianças e adolescentes. Certamente, os registros administrativos para esse tipo de delito enfrentam certa dificuldade para captar a real situação da violência sexual, especialmente em meio aos grupos mais vulneráveis. De acordo com o grupo de países analisados, existe maior consolidação no relatório de dados para delitos sexuais a partir de 2005.

Apesar de a série temporal disponível começar em 2006, Paraguai, e Chile são os países que apresentam as mais altas taxas de violência sexual para a América do Sul. No caso do Chile, o aumento para esse período correspondeu a 54,0%, e alcançou seu valor mais alto em 2012: 94,5 por 100 mil habitantes. Em parte, isso se explica por uma maior atenção ao problema e, com isso, aumentou o grau de notificação dos fatos.

Estima-se para o Paraguai uma taxa média de 49,1 por 100 mil habitantes. Entre 2006 e 2012, a taxa aumentou 40%, passando de 42 por 100 mil habitantes no começo do período para 59,5 por 100 mil habitantes em 2012, o último ano com dados disponíveis.

Já o Uruguai apresenta uma taxa média de 34,5 por 100 mil habitantes para esse tipo de delito. O valor mais elevado foi registrado em 2004 (40,3 casos por 100 mil hab.). Desde então, a taxa flutuou em torno de 32 e 36 por 100 mil habitantes. Também na Argentina nota-se certa estabilidade para esse tipo de delito: entre 2003 e 2008, o país registrou uma taxa

média de 27,2 casos de violência sexual por 100 mil habitantes, enquanto o registro mais alto da série correspondeu a 2003 e 2006: 28,1 por 100 mil habitantes.

Bolívia, Peru e Guiana apresentam uma taxa média anual que se aproxima de 23 casos de violência sexual por 100 mil habitantes. Entre 2005 e 2011, no Peru as taxas aumentaram 30,9%. As taxas mais altas do período foram registradas em 2008 e 2012: 26,4 e 29,6 casos por 100 mil habitantes, respectivamente.

De modo semelhante ao caso anterior, a Bolívia apresenta um aumento de 53,8% em sua taxa para o período analisado. Os registros mostram que os valores mais elevados da série corresponderam a 2010 e 2011: 34,3 e 30,0 casos por 100 mil habitantes, respectivamente.

No grupo de países que apresentam as taxas mais baixas nessa categoria encontram-se Brasil e Colômbia. Ainda assim, na Colômbia observou-se uma variação de 130,1% na taxa de violência sexual entre 2004 e 2012. No começo do período, a taxa era de 10,2 casos por 100 mil hab., e em 2012 alcançou 23,5 por 100 mil habitantes – uma das taxas mais altas da série para esse país.

No Brasil, a taxa também aumentou sistematicamente entre 2005 e 2012, com crescimento de 171,7% entre esses dois anos. As taxas de delitos sexuais em 2010 e 2012 são as mais elevadas da série: 23,8 e 26,9 casos por 100 mil habitantes, respectivamente. Tanto o crescimento da taxa como o comportamento do indicador durante os três últimos anos da série poderiam ser explicados pelo aumento no número de comunicações de fatos desse tipo.

Tabela 3 – Taxa de violência sexual
Países da América do Sul, 2003-2012

Por 100 mil hab.

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Varição % entre o primeiro e o último ano disponíveis
Argentina	27,0	28,1	26,7	28,1	26,8	26,7	-1,0
Bolívia	19,5	24,1	11,5	18,1	20,5	22,0	25,6	34,3	30,0	...	53,8
Brasil	9,9	14,5	15,4	16,8	19,9	23,8	23,0	26,9	171,0
Chile	61,4	62,9	75,7	77,6	75,9	90,6	94,5	54,0
Colômbia	...	10,2	10,6	15,5	16,0	15,1	16,7	14,5	17,1	23,5	130,1
Equador	36,2	34,1	32,5	34,4	...	-5,1
Guiana	31,4	29,9	17,9	17,3	13,4	18,7	37,6	35,2	12,1
Paraguai	42,5	42,6	44,1	49,1	52,6	53,7	59,5	40,0
Peru	22,6	23,4	25,5	26,4	23,3	18	25,2	29,6	30,9
Suriname
Uruguai	30,9	40,3	35,1	32,3	33,5	35,7	36	33,1	34	...	10,1
Venezuela

Fonte: Anuario Sudamericano de Seguridad Pública (2014). Para Guiana e Suriname, os dados de população foram extraídos do PNUD e do Banco Mundial.

Para essa categoria, não foi possível obter informações sobre Suriname e Venezuela. Para o Equador, os dados públicos disponíveis referem-se apenas ao período de 2008 a 2011.

Delitos contra a propriedade

Dentro das categorias de indicadores relacionados a delitos contra a propriedade serão

analisados quatro tipos: roubo contra pessoas, furto, roubo com invasão e furto de veículos motorizados. Em relação ao primeiro indicador, ou seja, roubo contra pessoas, de acordo com a classificação, foi definido como o roubo de bens de uma pessoa superando sua resistência por meio do uso da força ou ameaça de uso da força.

A Argentina dispõe de informações sobre esse indicador de 2003 a 2008. Em 2003, a taxa foi de 1093,2 por 100 mil habitantes, e caiu de forma relativamente sistemática até 2007, quando alcançou o menor valor da série: 862,8 por 100 mil habitantes. Em 2008, a taxa aumentou novamente, chegando a 975 casos por 100 mil habitantes.

Outro caso relevante é o do Brasil. Comparando-se os números entre 2004 e 2012, observa-se um aumento relativo de 0,90%. Analisando-se a série temporal, os valores mais altos referem-se a 2010 e 2011, quando as taxas aproximam-se de 550 casos por 100 mil habitantes.

Tabela 4 – Taxa de roubo contra pessoas
Países da América do Sul, 2003-2012

Por 100 mil hab.

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação % entre o primeiro e o último ano disponíveis
Argentina	1093,2	976,3	919,4	908,1	862,8	975,0	-10,8
Bolívia	94,0	80,2	91,6	89,5	108,3	134,1	133,0	122,8	115,0	137,3	46,1
Brasil	...	488,7	417,9	475,7	488,3	487,3	470,7	553,8	552	493,1	0,9
Chile	607,4	395,1	397,1	474,1	560,7	532,5	540,9	476,2	531,4	467,6	-23,0
Colômbia	...	129,5	94,1	125,3	115,3	107	134,1	132,9	144,3	173,2	33,7
Equador	230,6	228,5	345,7	375,5	373,4	61,9
Guiana	323,1	231,9	241,1	279,5	287,6	236	156,8	139,3	150,6	176,1	-45,5
Paraguai	149,6	174,5	175,0	206,0	211,8	205,6	224,4	50,0
Peru	142,5	156,6	164,5	164,1	146,9	150,0	168,6	194,2	218,5	...	53,3
Suriname	...	120,2	140,1	399,9	359,7	369,8	319,3	165,7
Uruguai	291,7	277,5	291,7	266,3	274,8	319,7	339,0	410,1	441,4	454,0	55,6
Venezuela	148,3	110,4	102,4	102,4	105,3	-29,0

Fonte: Anuario Sudamericano de Seguridad Pública (2014). Para Guiana e Suriname, os dados de população foram extraídos do PNUD e do Banco Mundial.

No caso da Guiana, observam-se flutuações na série de 2004 a 2012. Em uma primeira etapa, as taxas aumentaram sistematicamente entre 2004 e 2007, mas a partir de 2008 reduziram-se e, em 2010, atingiu seu nível mais baixo, de 139,3 casos por 100 mil habitantes. Esta situação mudou em 2012, quando a taxa voltou a crescer e alcançou 176,1 casos para 100 mil habitantes.

A análise dos dados referentes ao Peru permite observar que há uma tendência de aumento anual nas taxas de roubo contra pessoas, o que se reflete na variação de 53,3% entre 2003 e 2011. As taxas mais elevadas da série correspondem a 2010 e 2011: 194,2 e 218,5 casos por 100 mil habitantes, respectivamente.

Por fim, um dos países que apresenta os valores mais baixos para esse indicador é a Bolívia, cuja taxa média para o período de 2003 a 2012 correspondeu a 110,5 casos por 100 mil habitantes. Todavia, observa-se uma tendência de crescimento na taxa a partir de 2007 e em 2008-2012 concentram as maiores taxas da série, de 134,1 e 137,3 casos por 100 mil habitantes, respectivamente.

De acordo com a definição utilizada, o indicador criminal de furto corresponde à subtração de um bem de uma pessoa ou entidade, sem o uso da força. Em termos das características das informações disponíveis, este indicador pode exibir os maiores níveis de subnotificação, na medida em que existe menor disposição por parte das vítimas de informar a ocorrência ao sistema.

Considerando o indicador anteriormente analisado, são novamente os países do Cone Sul

os que apresentam as maiores taxas da América do Sul: Uruguai, Chile, Brasil e Argentina. Para o Uruguai, os números de série temporal o situam bem acima dos demais países analisados, com taxa média de 2.986,2 furtos por 100 mil habitantes. De acordo com o registro, as taxas mais elevadas ocorreram entre 2004 e 2005, quando superaram a média mencionada.

É importante destacar a tendência desse indicador no Brasil, com redução de 21,1% entre 2004 e 2012, ou seja, a taxa passou de 908,7 para 717,4 casos por 100 mil habitantes. Vale questionar os elementos que estariam associados a essa tendência, que poderiam estar mais associados com a diminuição da notificação desse tipo de delito.

Paraguai, Venezuela, Peru, Colômbia e Bolívia formam um grupo de países em que as taxas de furto são mais baixas. No caso do Paraguai, os dados permitem delinear a relevância de furto, uma vez que o indicador aumentou 79,0% na comparação entre 2006 e 2012, verificando-se um aumento sistemático. Assim, a maior taxa do período correspondeu a 2012: 670,8 casos por 100 mil habitantes.

Para esse indicador criminal, não existem dados suficientes para fazer uma análise de Suriname, Guiana e Equador, considerando-se a série temporal definida.

Um dos delitos contra a propriedade mais recorrentes é o roubo com invasão, que, para fins de análise, inclui não apenas a categoria específica que afeta as residências particulares, mas também estabelecimentos comerciais e outros tipos de propriedade privada. Para esta

Tabela 5 – Taxa de furto
Países da América do Sul, 2003-2012

Por 100 mil hab.

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação % entre o primeiro e o último ano disponíveis
Argentina	911,2	856,8	785,7	749,0	673,2	716,3	-21,4
Bolívia	39,2	43,3	40,6	40,2	44,4	49,1	53,7	49,7	43,8	49,5	26,3
Brasil	...	908,7	746,2	1094,4	1063,7	973,4	925,7	708,3	629,9	717,4	-21,1
Chile	950,4	931,3	1007,2	1043,6	1124,7	1090,2	1202,5	1094,2	15,1
Colômbia	139,8	129,5	159,2	208,7	189,1	164,2	205,8	198,6	215,1	265,2	89,6
Equador	32,2	34,9	43,2	42,6	32,1
Guiana	496,9	241,4	209,8	-57,8
Paraguai	374,7	405,5	400,5	439,5	482,7	513,4	670,8	79,0
Peru	214,7	210,0	189,1	176,3	159,7	165,3	171,0	190,8	210,7	...	-1,9
Suriname	3002,5	2755,8	-8,2
Uruguai	2905,1	3179,8	3346,6	3062,4	3164,1	2822,1	2835,0	2869,6	2909,6	2767,5	-4,7
Venezuela	...	243,7	220,8	204,8	195,8	180,8	-25,8

Fonte: Anuario Sudamericano de Seguridad Pública (2014). Para Guiana e Suriname, os dados de população foram extraídos do PNUD e do Banco Mundial.

categoria, geralmente há menor disponibilidade de dados para análise: por exemplo, de acordo com as fontes consultadas, não existem dados informados para Argentina, Bolívia e Venezuela. Da mesma forma, existem poucos dados para Paraguai, Uruguai e Suriname.

Considerando-se os dados disponíveis para os países, é possível verificar que o Chile conta com as maiores taxas em relação a roubo com invasão. Na série entre 2004 e 2012, os valores mais elevados referem-se aos dois primeiros anos, com taxas de 877,2 e 910,1 casos por

100 mil habitantes, respectivamente. No entanto, como tendência, a série temporal revela uma redução correspondente a 22,5%.

Quanto à Guiana, a série temporal apresenta uma taxa média de 261,9 por 100 mil habitantes entre 2003 e 2012. Os anos em que se registraram os valores mais elevados

no período foram 2004 e 2005, com taxas de 350,6 e 305,3 casos por 100 mil habitantes, respectivamente. Colômbia e Peru apresentam taxas muito inferiores às verificadas nos países mencionados: as taxas médias nacionais são de 70,6 e 19,7 casos por 100 mil habitantes, respectivamente. Em ambos os casos, é importante considerar a existência de

Tabela 6 - Taxa de roubo com invasão
Países da América do Sul, 2003-2012

Por 100 mil hab.

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação % entre o primeiro e o último ano disponíveis
Argentina
Bolívia
Brasil	...	130,5	92,4	132,1	198,6	193,6	192,5	201,5	187,6	191,7	46,9
Chile	...	877,2	910,1	627,0	644,2	649,0	710,6	667,0	717,3	679,4	-22,5
Colômbia	50,4	83,4	73,8	57,2	71,7	65,7	70,8	92,0	82,6
Equador	77,0	77,1	87,8	104,8	36,1
Guiana	282,1	350,6	305,3	256	243	238,2	223,2	242,1	257,8	221,0	-21,7
Paraguai	54,7	53,7	57,0	63,6	75,2	37,4
Peru	...	32,3	22,1	19,3	16,6	14,0	13,8	-57,3
Suriname	508,6	442,4	-13,0
Uruguai	292,9	251,9	-14,0
Venezuela

Fonte: Anuario Sudamericano de Seguridad Pública (2014). Para Guiana e Suriname, os dados de população foram extraídos do PNUD e do Banco Mundial.

diferenças na classificação dos delitos, bem como as dificuldades para consolidar os dados a partir dos registros administrativos.

Um dos indicadores criminais que adquiriram relevância em sociedades que têm experimentado crescimento econômico e aumento nos níveis de consumo é o dos delitos envolvendo veículos. Isso porque o veículo representa um dos principais patrimônios das famílias e o aumento do parque automotivo também deriva no aparecimento das economias ilegais associadas ao roubo ou furto de veículos ou de partes e peças, bem como a apropriação indevida como meio para cometer outras ações delituosas.

Quanto às informações sobre furto de veículos a partir de registros administrativos, deveria haver, de maneira geral, maior número de informações em comparação com outros tipos de delitos contra a propriedade, devido ao valor do bem subtraído e à relevância do automóvel na vida cotidiana de boa parte das grandes urbes. De acordo com as fontes consultadas, com exceção de Suriname, Guiana e Uruguai, os países têm informações para grande parte do período de 2003 a 2012. Isto posto, há um grupo de países que apresentam números mais elevados para a série temporal de 2003 a 2012. São eles Venezuela, Chile, Brasil e Argentina.

Para o Brasil, os números de 2004 a 2012 indicam uma redução de 19,2%. Entre 2004 e 2006, observaram-se os níveis mais altos para essa categoria, de modo que o mais alto foi registrado em 2004: 115,4 furtos de veículos por 100 mil habitantes.

O Chile registra um aumento sistemático das taxas de furto de veículos para os anos analisados, com exceção de 2012, ultrapassando em 2007 o patamar de 100 casos por 100 mil hab., sendo que a média de 2003 a 2012 é de 122,5 por 100 mil habitantes. O maior valor da série foi registrado em 2011: uma taxa de 200,7 por 100 mil habitantes. Isso é explicado não só pelo aprimoramento no registro das ocorrências, mas também por um aumento efetivo na prática de tais delitos, que inclusive levou à implementação de medidas de prevenção e controle, e maiores sanções penais, situação que se refletiria na redução da taxa em 2012.

Em um segundo grupo estão os países com uma taxa menor para esse indicador criminal, entre os quais é possível mencionar Paraguai, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia. Na série de dados de 2005 a 2012, o Paraguai apresenta uma tendência de aumento na taxa de furto de veículos de 154,3%, que subiu de 25,8, em 2005, para 77,9 casos por 100 mil hab. em 2011, para em seguida reduzir-se ligeiramente, para 65,6 por 100 mil habitantes em 2012.

Em contraste, a Colômbia apresenta uma leve tendência de redução no registro desse indicador. Segundo os dados disponíveis, a segunda maior taxa do período equivaleu a 2004 – 53,2 por 100 mil habitantes –, e há oscilações para baixo até 2007. Entre 2008 e 2012, novamente as taxas anuais aumentaram paulatinamente, e oscilaram em torno da taxa média da série temporal para este país, de 50,2 por 100 mil habitantes.

Tabela 7 – Taxa de furto de veículos
Países da América do Sul, 2003-2012

Por 100 mil hab.

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação % entre o primeiro e o último ano disponíveis
Argentina	112,7	91,4	78,0	85,1	90,4	107,1	-5,0
Bolívia	34,5	29,6	32,1	35,5	40,5	57,5	53,5	54,9
Brasil	...	115,4	104,7	111,7	99,3	95,5	97,3	62,2	84,9	93,3	-19,2
Chile	34,6	57,8	74,1	82,6	115,7	127,3	164,0	179,5	200,7	189,0	446,1
Colômbia	...	53,2	43,9	45,2	41,1	43,5	47,1	46,2	65,2	66,8	25,5
Equador	42,2	45,6	46,7	50,6	52,6	24,8
Guiana	2,9	3,2	6,0	106,3
Paraguai	25,8	44,5	55,0	39,0	68,9	73,6	77,9	65,6	154,3
Peru	32,2	38,8	45,3	37,2	39,6	44,9	47,6	47,9
Suriname	14,6	8,1	-44,4
Uruguai	134,0	140,7	5,0
Venezuela	159,2	109,4	96,5	111,3	133,2	-16,4

Fonte: Anuario Sudamericano de Seguridad Pública (2014). Para Guiana e Suriname, os dados de população foram extraídos do PNUD e do Banco Mundial.

Sequestro

Sem dúvida, entre os indicadores criminais analisados, um dos mais relevantes é o sequestro. De acordo com a definição adotada para fins de análise, o sequestro é caracterizado pela retenção ilegal de uma ou mais pessoas contra sua vontade – inclusive mediante o uso da for-

ça, com ameaças, mediante fraude ou engano –, com o objetivo de exigir pela sua libertação um ganho ilícito, benefício ou vantagem.

Quanto aos números disponíveis, para essa categoria deve-se considerar o fato de que poucos países da América do Sul informam os

Tabela 8 – Taxa de sequestro.
Países da América do Sul, 2003-2012

Por 100 mil hab.

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação % entre o primeiro e o último ano disponíveis
Argentina	0,3	0,3	0,2	0,2	0,6	0,5	68,2
Bolívia	0,9	1,0	1,1	1,5	1,7	1,3	1,1	0,9	1,0	1,0	6,4
Brasil	...	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	31,3
Chile	1,0	0,7	0,9	1,5	1,5	1,6	1,4	1,5	1,9	1,5	44,5
Colômbia	5,3	3,4	1,9	1,6	1,2	1,0	0,5	0,6	0,6	0,6	-87,8
Equador	1,9	1,5	0,3	0,3	...	0,2	0,2	0,2	-89,0
Guiana	0,1	0,3	0,3	0,1	...	-3,2
Paraguai	...	0,1	0	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	...	-41,2
Peru	1,0	1,7	1,8	2,2	1,6	1,7	2,5	0,9	0,9	...	-12,2
Suriname
Uruguai	0,1	0,6	520,3
Venezuela

Fonte: Anuario Sudamericano de Seguridad Pública (2014). Para Guiana e Suriname, os dados de população foram extraídos do PNUD e do Banco Mundial.

dados para a série temporal completa – somente quatro deles – e há pouca ou nenhuma informação para Venezuela, Uruguai, Suriname e Guiana. Além do exposto, é um dos indicadores mais complexos em termos de obtenção de informações fidedignas a partir de registros administrativos policiais, uma vez que não necessariamente todos os fatos são informados,

inclusive como exigência das próprias vítimas após sofrerem o delito.

Considerando-se o exposto anteriormente, não é possível fazer uma análise mais detalhada dos níveis de prevalência de sequestros com o fim de caracterizar a situação na América do Sul.

Como exemplo, pode-se citar a situação no Chile, onde a taxa de sequestro em 2012 foi de 1,5 por 100 mil habitantes, o que equivale a 254 casos policiais, em termos absolutos, número consistente com o diagnóstico atual de outros indicadores criminais que apontam baixos níveis de violência interpessoal, como no caso do homicídio. Enquanto isso, no mesmo ano, a Colômbia registrou 0,6 caso por 100 mil habitantes, com um número absoluto de 305 sequestros. Ou, por exemplo, o caso do Brasil, que em 2012 observou a menor taxa da série (0,2 para 100 mil habitantes), o que correspondeu a 414 sequestros. Fazendo esse contraponto, observa-se uma taxa mais elevada no caso do Chile, mas é possível que, devido aos níveis de violência na Colômbia e no Brasil, muitas ocorrências não sejam conhecidas ou informadas. Deve-se considerar, ainda, a possibilidade de os países agruparem esta categoria de formas distintas nos registros.

Sem dúvida, este é um dos indicadores mais complexos e com maiores restrições na análise em perspectiva comparada e no plano interno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos indicadores criminais para a América do Sul, é possível concentrar-se em dois aspectos: o primeiro de ordem metodológica, sobre a disponibilidade de informações. O segundo está relacionado com as tendências criminais que podem ser desenhadas a partir das informações levantadas.

Quanto ao primeiro aspecto, certamente existem diferenças técnicas, metodológicas e de critérios de classificação entre os países.

Sobre o segundo ponto, os esforços regionais e globais em matéria de sistemas de informação, bem como os relacionados à medição do delito e da criminalidade, têm contribuído de forma relevante para colocar o tema na agenda da América Latina. Foram feitos esforços para tentar reduzir diferenças entre os indicadores e para definir as categorias de vários fatos que são investigados.

É no nível técnico e metodológico que por vezes se refletem as diferenças entre os países – ou mesmo no interior de cada país, no caso daqueles que são federativos. Isso porque a construção de indicadores a partir de registros administrativos (da polícia ou de outras entidades do sistema de justiça criminal) está sujeita, por um lado, à capacidade institucional, assim como à confiança dos cidadãos nas instituições, e por outro, ao nível de notificação de delitos por parte das vítimas.

Um bom exemplo das dificuldades que por vezes geram diferenças na formulação de indicadores criminais é o caso do sequestro. Esse indicador criminal requer fontes de informação complementar, ou o aprimoramento metodológico em informações já existentes, para captar, dentro do possível, a informação que permita a análise da problemática que os sequestros representam nas diversas modalidades que ocorrem na América Latina.

Quanto às tendências dos indicadores criminais para os países da América do Sul, é possível esboçar algumas características entre as diversas zonas e países que compõem a sub-região. Um primeiro elemento é o indicador criminal de homicídio. Existe um grande con-

traste na América do Sul em termos das altas taxas dos países do norte da sub-região, como Colômbia e Venezuela, que se opõem aos baixos níveis de agressões causadoras de morte registradas no Uruguai e no Chile. Embora existam hipóteses para explicar essa característica, a agenda de pesquisa poderia considerar indagar sobre os fatores que explicariam os baixos níveis de homicídios nos referidos países.

Outro aspecto a ser mencionado refere-se aos delitos sexuais, que, de acordo com informações sistematizadas, ocorre com maior frequência na região andina, em contraste com os outros países analisados. A análise desses tipos de delito requer considerar o componente de subinformação que os acompanha; e pesquisas de vitimização específicas poderiam fornecer dados mais completos se fossem realizadas com regularidade, e contando com bons instrumentos e boa aplicação.

A análise permite afirmar que haveria acentuada predominância de delitos contra a propriedade na maioria dos países do Cone Sul. Essa tendência é replicada nos indicadores criminais de roubo contra pessoas, furto e roubo de veículos como os principais problemas relacionados com a ocorrência de delitos nos países que integram essa zona.

Entretanto, é difícil fazer o diagnóstico atual para Guiana e Suriname, porque nota-se que, ao longo da análise, são escassos os dados para esses países, o que dificulta conhecer as problemáticas criminais e de violência a partir de números. É importante considerar que esses países estão culturalmente mais integrados à comunidade do Caribe do que sugere sua pro-

ximidade geográfica da América do Sul, e por esse motivo é necessário avançar na construção de redes de colaboração e cooperação.

Pelo exposto, fica demonstrada a relevância da definição de indicadores que consigam refletir o efeito das políticas públicas por meio da avaliação, nos quais novamente as ameaças estão associadas à qualidade da informação, ao tipo de monitoramento, à validade interna e externa, assim como às pressões de tomadores de decisões ou políticos desejosos de mostrar resultados exitosos sem adequada evidência (TILLEY, 2009). Neste aspecto, é relevante considerar metodologias específicas com base nas intervenções a avaliar, principalmente nas estratégias de prevenção do crime que possuem diversas abordagens, sendo que, muitas vezes, os dados disponíveis não são suficientes.

A adequada articulação entre estatísticas de ordem administrativa e a construção de indicadores por meio de pesquisas é uma maneira adequada de abordar tanto o fenômeno quanto as suas respostas institucionais (ALVAZZI DEL FRATE, 2010). A construção de informação e sua efetiva disponibilidade possibilita – de acordo com a Statistics Commission² (2006) da Inglaterra – que os principais usos das estatísticas permitam desenvolver políticas e programas, gerir o desempenho de acordo com o nível central e local e fornecer informação sobre criminalidade à opinião pública.

Por fim, todos os esforços existentes para melhorar a qualidade e a disponibilidade da informação, tanto no plano nacional como no contexto geral da América Latina, estão orientados para o fortalecimento da caracterização e

da análise do fenômeno da violência nessa parte do mundo, o que constitui um marco básico para as ações de políticas públicas e caracteriza também o papel da comunidade acadêmica, que gera repercussão, e da opinião pública, que demanda informação.

Sobre esse último ponto, emerge um dos papéis da sociedade civil nesta matéria, por exemplo, os centros de pesquisa social podem

fortalecer a criação de conhecimento sobre violência e crime. De modo complementar, as diversas organizações sociais, a mídia e os cidadãos em geral podem fazer uso de informação sobre violência e crime para monitorar as autoridades públicas responsáveis. Ambas as ações apenas são possíveis se a informação for de qualidade, possuir confiabilidade e validade e permitir sua legitimação como um valor público.

-
1. *Para consolidar informações por país, foram utilizados como fontes: Informe del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, Informe Alertamérica de la Organización de Estados Americanos e também o Sistema Regional de Indicadores de Convivencia y Seguridad Ciudadana (SES) do Instituto CISALVA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de informações recebidas por escritórios das embaixadas dos respectivos países e informações retiradas dos sites oficiais de governos e institutos de estatística. No caso do Brasil, as informações aqui apresentadas diferem dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, uma vez que os dados aqui trabalhados utilizam como fonte majoritariamente a pesquisa CTS-UNODC, e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública apresenta apenas dados do SINESPJC (Ministério da Justiça) e do DATASUS (Ministério da Saúde).*
 2. *Entidade independente responsável pela assessoria do melhoramento da confiabilidade e qualidade das estatísticas oficiais no Reino Unido. Statistics Commission (UK). Ver: <<http://www.statscom.org.uk>>.*

Referências bibliográficas

ALVAZZI DEL FRATE, A. Crime and criminal justice statistics challenges. In: HARRENDORF, S.; HEISKANEN, M; MALBY, S. (Orgs.). **International Statistics on Crime and Justice**. Helsinki: HEUNI-UNODC, 2010.

ANUÁRIO sudamericano de seguridad pública. Panorama regional de seguridad ciudadana 2014#01. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública / CAF – Banco de Desarrollo de América Latina. 2014. 90 p. (Relatório de pesquisa).

TILLEY, N. **Crime Prevention**. Devon: Willan Publishing, 2009.

UNITED Nations Surveys on Crime Trends and the Operations of Criminal Justice Systems (UN-CTS). Viena: UNODC, 2013. Apresenta estudos das Nações Unidas sobre tendências de delitos e sistema de Justiça Penal (CTS). Disponível em: <<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/United-Nations-Surveys-on-Crime-Trends-and-the-Operations-of-Criminal-Justice-Systems.html>>.

Tendências criminais sul-americanas em perspectiva comparada

Felipe Salazar Tobar

Resumen

Tendencias criminales sudamericanas en perspectiva comparada

El presente artículo tiene como objetivo revisar indicadores de violencia y criminalidad para los países de América del Sur. Para ello se sistematizó información para un grupo de ocho indicadores de violencia y criminalidad – homicidio, lesiones, violencia sexual, robo contra las personas, hurto, robo con invasión, hurto de vehículos y secuestro – para los 12 países de la subregión a partir de las principales fuentes de información oficial. El trabajo no solo pretende entregar una revisión de las tendencias de los países de América del Sur, sino también discutir en torno a la relevancia de la producción de información para las políticas de seguridad pública.

Palabras clave: Estadísticas criminales. América del Sur. Seguridad pública.

Abstract

South American crime trends in a comparative perspective

This article aims to review crime and violence indicators in South American countries. We have systematized information on a group of eight indicators from 12 countries in the region, taking official information sources as our basis: homicides, injuries, sexual violence, robbery, theft, burglary, car theft and kidnapping. We aim not only to review trends in the South American countries but also to discuss the importance of the production of information for public safety policies.

Keywords: Crime statistics. South America. Public safety.

Data de recebimento: 03/12/2014

Data de aprovação: 03/09/2015